

**ICCR NOROESTE PAULISTA S/A**  
**BALANÇO PATRIMONIAL**  
**EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO**

		Em Reais	
		2025	2024
		(não auditado)	
<b>CIRCULANTE</b>	<b>Nota</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	4	99.137.128	128.693.647
Contas a receber	5	-	-
Estoques	6	2.235.196	806.852
Adiantamentos a terceiros	7	321.645	16.821
Impostos a recuperar	8	1.401.513	-
Despesas antecipadas	9	310.743	-
<b>Total do circulante</b>		<b>103.406.225</b>	<b>129.517.321</b>

**NÃO CIRCULANTE**

Realizável a longo prazo:			
Depósitos judiciais e Garantias	10	206.844	-
Impostos diferidos	11	293.845	-
Imobilizado	12	72.420.918	1.930.711
Ativos de direito de uso	13	3.775.737	-
<b>Total do não circulante</b>		<b>76.695.344</b>	<b>1.930.711</b>

**TOTAL DO ATIVO** 180.103.569 131.448.032

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Em Reais

**PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

		Em Reais	
		2025	2024
		(não auditado)	
<b>CIRCULANTE</b>	<b>Nota</b>		
Fornecedores	14	8.118.680	3.058.746
Partes relacionadas	15	3.284.181	651.401
Arrendamento	16	2.062.506	-
Obrigações trabalhistas	17	3.209.903	-
Obrigações tributárias	18	1.713.447	49.203
Adiantamento de Cliente	19	74.101.751	29.452.172
<b>Total do circulante</b>		<b>92.490.468</b>	<b>33.211.521</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Fornecedores	14	615.128	-
Adiantamento de Cliente	20	74.938.953	97.235.604
Arrendamento	16	1.873.281	-
<b>Total do não circulante</b>		<b>77.427.362</b>	<b>97.235.604</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>21</b>		
Capital social subscrito		1.000.000	1.000.000
Capital social integralizado		1.000.000	1.000.000
Reservas legais		200.000	-
Lucros à disposição da assembleia		8.984.833	907
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>10.185.739</b>	<b>1.000.907</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>180.103.569</b>	<b>131.448.032</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Em Reais

**RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS**

Nota	2025	2024
	(não auditado)	
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS	155.731.829	10.293
Custo dos serviços prestados	(100.505.708)	(262.919)
<b>LUCRO OPERACIONAL BRUTO</b>	<b>55.226.181</b>	<b>(252.716)</b>

Despesas gerais e administrativas	23	(51.679.030)	(694.655)
Outras receitas e despesas, líquidas	24	(678.452)	(46.298)

**RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS**

Resultado financeiro líquido	25	15.411.802	904.862
<b>RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO IRPJ E DA CSL</b>		<b>18.280.502</b>	<b>1.193</b>

IRPJ e CSL - correntes	26	(6.394.570)	(286)
IRPJ e CSL - diferidos	26	293.845	-
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>12.179.777</b>	<b>(907)</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Em Reais

**LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO**

Resultado líquido	26	12.179.777	(907)
<b>RESULTADO ABRANGENTE TOTAL</b>		<b>12.179.777</b>	<b>(907)</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Em Reais

**ICCR NOROESTE PAULISTA S/A**  
**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
**EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO**

Em Reais

**RESERVA DE LUCROS**

Nota	CAPITAL SOCIAL	RESERVA LEGAL	LUCROS À DISPOSIÇÃO DA ASSEMBLEIA	LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
Capital Social Integralizado	21.a	1.000.000	-	-	1.000.000
Lucro líquido do exercício	-	-	-	907	907
Destinação do resultado:					
- Dividendos mínimos obrigatórios	21.c	-	227	(227)	-
- Lucro à disposição da Assembleia	21.c	-	680	(680)	-
<b>SALDO EM 31/12/2024 (não auditado)</b>	<b>1.000.000</b>	<b>-</b>	<b>907</b>	<b>-</b>	<b>1.000.907</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	12.179.777	12.179.777
Destinação do resultado:					
- Constituição de reserva legal	21.b	200.000	-	(200.000)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios	21.c	-	-	(2.994.944)	(2.994.944)
- Lucro à disposição da Assembleia	21.d	-	8.984.833	(8.984.833)	-
<b>SALDO EM 31/12/2025</b>	<b>1.000.000</b>	<b>200.000</b>	<b>8.984.833</b>	<b>-</b>	<b>10.185.739</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA**  
**EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO**

Em Reais

**FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS**

Nota	2025	2024	
(não auditado)			
<b>Fluxo líquido ajustado</b>			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	18.280.502	1.193	
Juros de arrendamento	392.698	-	
(+) Depreciações	5.699.930	-	
<b>Total do lucro líquido ajustado</b>	<b>24.373.830</b>	<b>1.193</b>	
<b>Varição do ativo</b>			
Estoques	6	(1.428.344)	
Adiantamentos a terceiros	7	(304.824)	
Impostos a recuperar	8	(1.401.513)	
Despesas antecipadas	9	(310.743)	
Depósitos judiciais	11	(206.844)	
<b>Total da variação do ativo</b>	<b>(3.652.268)</b>	<b>(823.673)</b>	
<b>Varição do passivo</b>			
Fornecedores	14	5.675.061	
Partes relacionadas	15	1.324.483	
Obrigações trabalhistas	17	3.209.903	
Adiantamento de Clientes	19	22.352.928	
Obrigações tributárias	19	1.654.245	
<b>Total da variação do passivo</b>	<b>34.226.620</b>	<b>130.447.125</b>	
<b>Caixa gerado (aplicado) pelas atividades operacionais</b>	<b>54.947.237</b>	<b>129.624.645</b>	
Imposto de renda e contribuição social pagos	26	(6.100.725)	(286)
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades operacionais</b>	<b>48.846.512</b>	<b>129.624.359</b>	

**Fluxo de caixa das atividades de investimento**

(-) Aquisição de imobilizado	12 e 13	(80.143.267)	(1.930.711)
(+) Venda de imobilizado	12 e 13	177.393	-
<b>Caixa gerado (aplicado) nas atividades de investimento</b>		<b>(79.965.874)</b>	<b>(1.930.711)</b>

**Fluxo de caixa das atividades de financiamento**

Inscrição de capital social	21	-	1.000.000
Pagamento de arrendamento mercantil	12	1.562.842	-
<b>Caixa gerado pelas atividades de financiamento</b>		<b>1.562.842</b>	<b>1.000.000</b>
<b>Varição em caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(29.556.520)</b>	<b>128.693.648</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		128.693.647	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		99.137.128	128.693.647
<b>Varição em caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(29.556.520)</b>	<b>128.693.647</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A ICCR NOROESTE PAULISTA S.A. (Companhia), com sede em São José do Rio Preto - SP, foi constituída em 06 de dezembro de 2023. É uma sociedade com propósito específico, que tem por objeto social o exercício das atividades necessárias à execução do contrato celebrado com a CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS NOROESTE PAULISTA S.A. ("Eco Noroeste") acionistas ITINERA CONSTRUÇÕES LTDA e CRASA INFRAESTRUTURA S.A., para fins da execução de EXECUÇÃO DAS OBRAS DA CONCESSÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE AMPLIAÇÃO, OPERAÇÃO, CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REALIZAÇÃO DE INVESTIMENTOS NECESSÁRIOS À EXPLORAÇÃO DO SISTEMA RODOVIÁRIO DENOMINADO LOTE NOROESTE.

A ITINERA CONSTRUÇÕES LTDA, é controlada pela Itinera SPA, com Sede na Itália e ambas são parte do Grupo ASTM, e detém o controle da Companhia com 50,01% do Capital Social (Nota Explicativa 19).

Na data de 29 de novembro de 2024, houve integralização ao Capital Social da Companhia, pelas acionistas ITINERA CONSTRUÇÕES LTDA e CRASA INFRAESTRUTURA S/A., Sendo de R\$ 500.100,00 e R\$ 499.900,00 em moeda corrente com depósito bancário.

A Eco Noroeste é habilitada no REIDI - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura criado pela Lei 11.488/2007, que consiste na suspensão das contribuições ao PIS e a COFINS sobre aquisições destinadas ao seu ativo imobilizado. Desta forma as receitas de prestação de serviços realizadas pela Companhia à CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS NOROESTE PAULISTA são suspensas de PIS e COFINS, conforme CO Habilitação em 22/01/2025 ADE DRP/SO nº 26.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração da Companhia em 27 de fevereiro de 2026, nas quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até essa data, que pudessem ter efeito sobre estas demonstrações contábeis, quando requeridas.

**a. REFORMA TRIBUTÁRIA SOBRE CONSUMO**

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") no 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma, e sancionada pela presidência da República em 16 de janeiro de 2025, pela Lei Complementar ("LC") 214/2025.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação de todas as pendências por lei complementar. Conseqüentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2025 e a Companhia não obteve bases para estimar seus efeitos para 2026 em diante.

**2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Esses pronunciamentos visam à convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade às Normas Internacionais e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC requer que a administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação da políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Por definição, os resultados reais podem divergir das respectivas estimativas. Estimativas e premissas com relação ao futuro são revistas de maneira sistemática pela Companhia e são baseadas na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas.

As principais políticas contábeis materiais descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

**3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS**

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia, e foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

O resumo das principais políticas contábeis materiais adotadas na elaboração das demonstrações é o seguinte:

**Caixa e equivalentes de caixa**  
Compreendem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, possuem vencimentos até 90 dias, sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

**Contas a receber**  
Estão apresentadas a valores de realização. Estão também incluídos os valores ainda não faturados até a data do balanço em decorrência do contrato de construção, cujos valores são determinados pela progressão física dos projetos, descontados os valores recebidos antes da realização dos correspondentes serviços conforme cláusula contratual, os respectivos impostos diretos e de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários. São registradas e mantidas no balanço patrimonial por valor nominal dos títulos, ajustadas a valor presente, quando aplicável.

**Estoques**  
Os estoques são demonstrados pelo custo médio de aquisição, estão líquidos de impostos recuperáveis e não superam os preços de mercado.

**Demais ativos circulantes e não circulantes**  
São demonstrados pelos valores de realização sendo que, quando aplicável, são acrescidos de rendimentos e variações monetárias auferidos até a data do balanço. A Companhia reconhece os ativos quando o recurso é controlado por ela, oriundo de eventos passados, que provavelmente irão gerar um benefício econômico futuro.

**Imobilizado**

Os bens do Imobilizado estão demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos dos impostos recuperáveis e da depreciação acumulada.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo, pelo método das quotas constantes. As taxas anuais de depreciação conforme mencionadas abaixo e pelas horas trabalhadas de equipamentos pesados:

Contas e equipamentos	2%
Equipamentos de informática	10%
Móveis e utensílios	10%

De acordo com a política da empresa, as taxas de depreciação de máquinas e equipamentos cujos equipamentos apresentem representatividade nos saldos contábeis serão revisadas anualmente.

**Arrendamento**

Com base nas disposições do CPC 06, os contratos de arrendamento a pagar (que não constituem a prestação de serviços) são contabilizados pela imputação de um passivo financeiro à posição patrimonial-financeira, representado pelo valor presente dos futuros pagamentos de arrendamento, contra a publicação do direito de utilização do ativo arrendado nos ativos.

O CPC 06 introduziu o conceito de "direito de utilização", que determina - independentemente da forma contratual - a obrigação de lançar o direito de utilização nos ativos do balanço com o correspondente a pagar pelo valor presente dos futuros pagamentos de arrendamento como uma contra rubrica no passivo.

Os ativos e passivos são lançados pelo valor corrente dos pagamentos de arrendamento contratualmente devidos, tendo em conta qualquer opção de extensão/resolução sempre que exista uma certeza razoável de a exercer/ não exercer.

A parte da amortização e depreciação do direito de utilização lançada nos ativos e a despesa com juros provenientes dos passivos financeiros da locação são reconhecidas na demonstração dos resultados ao custo amortizado.

Para os contratos que expiram no prazo de 12 meses (arrendamentos de curto prazo) e os con-

tratos para os quais os ativos subjacentes estão configurados como ativos de baixo valor (ou seja, os ativos da locação financeira que não excedem o valor de EUR 5.000 quando novos), a introdução da IFRS 16 não resulta no reconhecimento da responsabilidade financeira da locação financeira e do direito de utilização conexo, mas os pagamentos de arrendamento são lançados na demonstração de resultados numa base linear durante a duração dos respectivos contratos.

**Impairment**

A Companhia entende que os valores apresentados, estão sujeitos ao Pronunciamento Técnico 1 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01-R1) concernente à divulgação do teste de recuperabilidade de ativos (impairment), especificadamente nos ativos intangíveis e imobilizáveis.

**Instrumentos financeiros**

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia é parte das disposições contratuais do instrumento.

A avaliação dos instrumentos financeiros é determinada: (a) pelo preço de mercado ou valor equitativo, quando se tratar de aplicações destinadas à negociação ou disponíveis para venda; e (b) pelo valor de custo de aquisição ou valor de emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização, quando este for inferior, no caso de aplicações a serem mantidas até o vencimento.

A Companhia entende que os instrumentos financeiros, que estão reconhecidos nas demonstrações contábeis pelo seu valor contábil são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado, e a Administração entende que os valores registrados são aproximados de seu valor justo.

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

E mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa fixos;

Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto;

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR;

E mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descausamento contábil que de outra forma surgiria.

**Passivos circulantes e não circulantes**

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, sendo que, quando aplicável, são acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas. A Companhia reconhece um passivo quando existe a obrigação legal na data do balanço, que vai proporcionar uma saída de caixa ou equivalente.

**Atualização monetária e ajustes a valor presente de direitos e obrigações**

Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação monetária, são atualizados até a data do balanço. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas diretamente nos resultados dos exercícios a que se referem.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários relevantes de curto prazo e os de longo prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis da Companhia tomadas em seu todo. Calcula-se esse ajuste com base nos fluxos de caixa previstos e respectivas taxas de juros.

**Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro**

As bases de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro foram determinadas conforme o regime de tributação de lucro real anual. O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, mais adicional de 10% sobre a parcela anual excedente a R\$ 240.000. A contribuição social foi calculada à razão de 9% sobre o lucro tributável. Os tributos diferidos foram calculados sobre arrendamentos e provisões.

**Provisões para contingências**

Provisões são constituídas, conforme necessidade, para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

**Reconhecimento da receita**

O reconhecimento da receita é realizado de acordo com o estágio de execução do contrato, usualmente denominado como método da porcentagem completada - POC (por esse método, a receita contratual é reconhecida com base no avanço financeiro do serviço contratado. Esse método proporciona informação útil sobre a extensão da atividade e o desempenho contratual ao longo do período). A receita compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais, os reajustes, as reclamações e os pagamentos de incentivo contratuais, na condição em que seja praticamente certo que resultem em receita e possam ser mensuradas de forma confiável.

**Os custos de cada contrato são reconhecidos como resultado no período em que são incorridos, a menos que determinem um ativo relacionado à atividade de contrato futuro.**

A Companhia atua como principal em seus contratos, avaliando o serviço de compras de materiais e equipamentos (incluindo a modalidade de faturamento direto), conforme contratos estabelecidos com seus clientes. O controle de bens e serviços é de responsabilidade da Companhia no desempenho do contrato.

Quando o resultado de um contrato de prestação de serviço de construção não pode ser estimado em confiabilidade, sua receita é reconhecida até o momento dos custos incorridos desde que sua recuperação seja provável. Se for provável que os custos totais excederão a receita total de um contrato (caracterizando um contrato oneroso) a perda referente ao excedente entra a receita contratada e o custo total estimado é reconhecida imediatamente no resultado do exercício na rubrica "Custos das Atividades Operacionais", com contrapartida na rubrica de

Continuação	2025	2024			
		(não auditado)			
Manufaturados e semiacabados	153.707	-			
Materiais de consumo	2.081.489	806.852			
<b>Total</b>	<b>2.235.196</b>	<b>806.852</b>			
<b>7. ADIANTAMENTOS A TERCEIROS</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>			
		(não auditado)			
Adiantamentos a fornecedores	321.645	18.821			
<b>Total</b>	<b>321.645</b>	<b>18.821</b>			
<b>8. IMPOSTOS A RECUPERAR</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>			
		(não auditado)			
IRRF Aplicações Financeiras	259.467	-			
ISS POC a Recuperar	1.142.046	-			
<b>Total</b>	<b>1.401.513</b>	-			
<b>9. DESPESAS ANTECIPADAS</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>			
		(não auditado)			
Seguros de Máquinas e Veículos	312.747	-			
Cações em Garantias	206.844	-			
<b>Total</b>	<b>519.591</b>	-			
<b>10. IMPOSTOS DIFERIDOS</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>			
		(não auditado)			
IRPJ diferido	216.063	-			
CSLL diferida	77.783	-			
<b>Total</b>	<b>293.846</b>	-			
<b>11. IMOBILIZADO</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>			
		(não auditado)			
<b>Custo</b>	<b>Depreciação Acumulada</b>	<b>Líquido</b>			
Líquido					
Máquinas e equipamentos	75.596.937	(4.239.766)	71.347.170		
Equipamentos de informática	583.456	(107.431)	476.024		
Móveis e utensílios	659.476	(61.752)	597.723		
<b>Total</b>	<b>76.829.868</b>	<b>(4.408.950)</b>	<b>72.420.918</b>		
A depreciação é calculada às seguintes taxas anuais e pelas horas trabalhadas de equipamentos pesados:					
<b>Contas</b>	<b>%</b>				
Máquinas e equipamentos	10%				
Equipamentos de informática	20%				
Móveis e utensílios	10%				
A movimentação das contas do imobilizado (custo e depreciação) nos exercícios de 2024 e 2025 é apresentada a seguir:					
<b>Custos</b>	<b>Saldo em 2024</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Transfer.</b>	<b>Saldo em 2025</b>
	(não auditado)				(não auditado)
Máquinas e equipamentos	1.167.905	74.419.032	-	-	75.586.937
Equipamentos de informática	437.510	145.946	-	-	583.456
Móveis e utensílios	325.296	334.180	-	-	659.476
<b>Total</b>	<b>1.930.711</b>	<b>74.899.158</b>	-	-	<b>76.829.868</b>
<b>Depreciação acumulada</b>	<b>Saldo em 2024</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Transfer.</b>	<b>Saldo em 2025</b>
	(não auditado)				(não auditado)
Máquinas e equipamentos	-	(4.239.766)	-	-	(4.239.766)
Equipamentos de informática	-	(107.431)	-	-	(107.431)
Móveis e utensílios	-	(61.752)	-	-	(61.752)
<b>Total</b>	-	<b>(4.408.950)</b>	-	-	<b>(4.408.950)</b>
<b>Total geral</b>	<b>1.930.711</b>	<b>0.490.207</b>	-	-	<b>72.420.918</b>
	<b>Saldo em 2023</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Transfer.</b>	<b>Saldo em 2024</b>
	(não auditado)				(não auditado)
Máquinas e equipamentos	-	1.167.905	-	-	1.167.905
Equipamentos de informática	-	437.510	-	-	437.510
Móveis e utensílios	-	325.296	-	-	325.296
<b>Total</b>	-	<b>1.930.711</b>	-	-	<b>1.930.711</b>
<b>Depreciação acumulada</b>	<b>Saldo em 2023</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Transfer.</b>	<b>Saldo em 2024</b>
	(não auditado)				(não auditado)
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-
Equipamentos de informática	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	-	-	-	-	-
<b>Total geral</b>	-	<b>1.930.711</b>	-	-	<b>1.930.711</b>
<b>12. ARRENDAMENTO/DIREITO DE USO DE IMOVEIS</b>					
<b>Direito de uso</b>	<b>Saldo em 2024</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Saldo em 2025</b>	
	(não auditado)			(não auditado)	
Imóveis	-	5.244.110	(177.393)	5.066.717	
<b>Total</b>	-	<b>5.244.110</b>	<b>(177.393)</b>	<b>5.066.717</b>	
<b>Depreciação Direito de uso</b>	<b>Saldo em 2024</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Saldo em 2025</b>	
	(não auditado)			(não auditado)	
Imóveis	-	(1.324.999)	34.019	(1.290.980)	
<b>Total</b>	-	<b>(1.319.111)</b>	<b>(143.374)</b>	<b>(3.775.737)</b>	
<b>12.1 Passivo de arrendamento</b>	<b>Movimentação 2025</b>	<b>Movimentação 2024</b>			
		(não auditado)			
Arrendamento no início do exercício	-	-	-	-	
Remuneração/adição	5.106.177	-	-	-	
Pagamento	(1.562.842)	-	-	-	
Juros provisionados	392.453	-	-	-	
Arrendamento ao final do exercício	<b>3.935.788</b>	-	-	-	
Circulante	2.062.506	-	-	-	
Não Circulante	1.873.281	-	-	-	
<b>Total</b>	<b>3.935.788</b>	-	-	-	
<b>13. FORNECEDORES</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>			
		(não auditado)			
Fornecedores	2.213.567	3.710.147			
Provisão de fornecedores	6.520.241	90			
<b>Total</b>	<b>8.733.808</b>	<b>3.710.147</b>			
O saldo de provisão de fornecedores se refere às medições já realizadas, cuja Companhia está aguardando a emissão da nota fiscal.					
<b>14. PARTES RELACIONADAS</b>					
Os saldos em 31 de dezembro de 2025, se referem aos valores a pagar para os acionistas, decorrentes de relatórios de gastos comuns efetuados pelas companhias em proveito da Companhia e dividendos propostos pela administração e contas a receber e a pagar com o cliente pagar e receber do cliente CONCESSIONÁRIA NOROESTE PAULISTA S.A., a seguir demonstrados:					
	<b>2025</b>	<b>2024</b>			
		(não auditado)			
<b>Valores a pagar</b>					
ITINERA Construções Ltda.	1.642.419	-			
Crasa Infraestrutura S.A	1.641.767	-			
<b>Total</b>	<b>3.284.186</b>	-			
	<b>2025</b>	<b>2024</b>			
		(não auditado)			
<b>Contas a receber de partes relacionadas</b>					
Noroeste Paulista	14.489.434	-			
<b>Total</b>	<b>14.489.434</b>	-			
<b>Adiantamentos a pagar de partes relacionadas</b>					
Noroeste Paulista	163.530.138	126.698.336			
<b>Total</b>	<b>163.530.138</b>	<b>126.698.336</b>			
<b>Remuneração paga aos diretores da Companhia</b>					
A remuneração paga aos diretores foi de R\$ 2.822.681 até dezembro de 2025 (R\$ 0,00 até dezembro de 2024).					

15. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	2025	2024	
		(não auditado)	
INSS sobre folha	1.142.273	-	
FGTS sobre folha	312.318	-	
IRRF sobre folha	226.943	-	
Contribuição sindical	41.812	-	
Provisão de férias e encargos	784.363	-	
Participação no Resultado (PPR)	702.197	-	
<b>Total</b>	<b>3.209.903</b>	-	
<b>16. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>	
		(não auditado)	
IRPJ a pagar	483.026	179	
CSL a pagar	178.903	107	
ISS a pagar	491.157	357	
PIS a pagar	7.146	6.472	
COFINS a pagar	43.711	39.826	
IRRF terceiros	8.218	551	
ISS terceiros	242.042	-	
INSS terceiros	245.358	-	
Pis/Cofins/CSL terceiros	13.887	1.710	
<b>Total</b>	<b>1.713.447</b>	<b>49.203</b>	
<b>17. ADIANTAMENTO DE CLIENTE</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>	
		(não auditado)	
Adiantamento de Clientes	149.040.704	126.698.336	
<b>Total</b>	<b>149.040.704</b>	<b>126.698.336</b>	
	<b>2025</b>	<b>2024</b>	
		(não auditado)	
Circulante	74.101.751	29.462.732	
Não circulante	74.938.953	97.235.604	
<b>Total</b>	<b>149.040.704</b>	<b>126.698.336</b>	
<b>18. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, TRIBUTÁRIOS E CÍVEIS</b>			
Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui processo pendente na esfera judicial, de natureza trabalhista, em fase de julgamento, decorrente da execução do "Contrato Principal". Considerando o posicionamento de seus advogados a Companhia possui 1 (um) processo trabalhista com probabilidade de perda possível no montante de R\$ 836.271,10. A Companhia não possui nenhum processo com probabilidade de perda provável.			
<b>19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
<b>a. Capital social</b>			
O capital social subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional e em bens e direitos, é de R\$ 1.000.000 (um milhão de reais), representado por 10.000 (dez mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, distribuídas conforme a seguir:			
<b>Acionista</b>	<b>Capital subscrito</b>	<b>Quantidade de ações</b>	<b>(%) participação</b>
ITINERA Construções Ltda.	500.100	5.001	50,01
Crasa Infraestrutura S.A.	499.900	4.999	49,99
<b>Total</b>	<b>1.000.000</b>	<b>10.000</b>	<b>100</b>
<b>b. Reserva legal</b>			
A reserva legal foi constituída com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não excede a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital social.			
<b>c. Dividendos</b>			
A política de distribuição de dividendos é de no mínimo 25%, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. Em 2024 não foi distribuído.			
<b>d. Lucro à disposição da assembleia</b>			
Representada pelos lucros remanescentes (lucro após a constituição da reserva legal e dividendos) a previsão de distribuição do saldo dos exercícios de 2024 e 2025 dar-se-á, sempre que possível, durante o exercício de 2026.			
<b>20. RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>	
		(não auditado)	
Receita de execução de obras	162.566.197	10.560	
<b>Total da receita bruta</b>	<b>162.566.197</b>	<b>10.560</b>	
(-) ISS	(6.002.961)	(357)	
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>156.563.236</b>	<b>10.203</b>	
<b>21. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRETADOS</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>	
		(não auditado)	
Mão de obra e Encargos Diretos	27.318.944	1.350	
Materiais de Consumo Direto	14.448.940	254.058	
Locação de equipamentos	7.964.263	1.350	
Fretes e carretos	818.216	-	
Seguro de Máquinas e Veículos	1.468.918	-	
Serviços de subempreiteiros	30.596.745	2500	
Serviços de consultoria técnica	267.846	-	
Serviços de manutenção	673.489	-	
Serviços de vigilância	2.206.527	-	
Serviços de coleta e transporte de resíduos	5.700	-	
Depreciação	3.992.505	-	
Transporte de Pessoal	875.100	5.011	
Alimentação Refeitório Canteiros	5.629.574	-	
Outros custos	4.238.941	-	
<b>Total</b>	<b>100.505.708</b>	<b>262.919</b>	
<b>22. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>	
		(não auditado)	
Mão de obra e encargos	20.298.961	-	
Mão de Obra Normativas	10.649.944	560.301	
Materiais Variados de Consumo	2.845.111	8.186	
Serviços de Terceiros	1.629.572	36.764	
Despesas com viagens	1.857.123	2.493	
Transporte pessoal	1.323.895	-	
Hoteleiras e Estádias	3.456.609	10.474	
Depreciação e amortização	1.747.689	-	
Locação de imóveis	2.096.301	11.181	
Telefone, internet, energia, água e gás	969.540	13.960	
Alimentação VR e VA	3.753.049	-	
Outras	1.051.234	51.294	
<b>Total</b>	<b>51.679.030</b>	<b>694.655</b>	
<b>23. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)</b>			
O valor de R\$ 63.645,00 refere-se substancialmente à vendas de Materiais e Sucatas, que a Companhia está sujeita no curso normal do negócio			
<b>24. RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>	
		(não auditado)	
<b>Receitas financeiras</b>			
Aplicações financeiras	15.875.905	995.661	
<b>Total</b>	<b>15.875.905</b>	<b>995.661</b>	
<b>Despesas financeiras</b>			
Multas Penalidades Contratuais	(35.200)	(359)	
Juros e encargos c/Fornecedores	(37.583)	-	
Tarifas Bancária	(6.821)	(438)	
Juros e Multas Impostos	(2.643)	-	
Juros Arrendamentos IFRS 10	(392.690)	-	
<b>Total das despesas financeiras</b>	<b>(474.965)</b>	<b>(797)</b>	
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>15.400.940</b>	<b>994.864</b>	
<b>25. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>	
		(não auditado)	
<b>Impostos correntes</b>			
Imposto de renda	4.670.928	179	
Contribuição social sobre o lucro	1.723.642	107	
<b>Total</b>	<b>6.394.570</b>	<b>286</b>	
<b>Impostos diferidos</b>			
Imposto de renda	(216.063)	-	
Contribuição social sobre o lucro	(72.732)	-	
<b>Total</b>	<b>(288.795)</b>	<b>-</b>	
<b>Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>6.105.775</b>	<b>286</b>	
	<b>2025</b>	<b>2024</b>	
		(não auditado)	
Lucro antes do IRPJ e CSLL	18.280.502	1.193	
Alíquotas nominais	34%	34%	
Imposto calculado com base nas alíquotas nominais	6.215.371	406	

Demonstrativo da origem de despesa de impostos efetivos	2025	2024
		(não auditado)
Adições/Exclusões	871.077	-
(-) Benefício PAT	(92.967)	-
	6.993.480	-
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>38,26%</b>	<b>34%</b>
<b>26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
		(não auditado)
<b>Ativos financeiros</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	99.137.128	128.693.647
Contas a receber	-	-
Adiantamentos a terceiros	321.645	16.821
<b>Total</b>	<b>99.458.773</b>	<b>128.710.468</b>
<b>Passivos financeiros</b>		
Fornecedores	8.118.680	3.058.746
Arrendamentos	2.062.506	-
Adiantamento de Cliente	149.040.704	126.687.776
<b>Total</b>	<b>159.221.890</b>	<b>129.746.522</b>
Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possui nenhuma transação em aberto envolvendo instrumentos financeiros complexos (derivativos). As transações financeiras ocorridas entre ativos e passivos usuais são pertinentes às suas atividades econômicas, envolvendo particularmente aplicações financeiras, contas a receber e a pagar com vencimento de curto prazo. Esses instrumentos, devido à sua natureza, condições e prazos, têm seus valores contábeis registrados no balanço patrimonial próximos aos valores de mercado.		
<b>27. GESTÃO DE RISCOS</b>		
Os riscos de mercado são aqueles decorrentes da evolução dos custos de operação que compõem a própria formação dos preços. A Companhia, através de seus departamentos técnico e de planejamento, analisa os projetos, aplicando a sua experiência na formação de preços. No caso de surgimento de distorções que afetem o disposto originalmente nos projetos, a diretoria da Companhia procura, através de negociação direta com seus clientes, restaurar o equilíbrio econômico-financeiro das operações.		
<b>28. OUTRAS INFORMAÇÕES</b>		
Os cálculos e recolhimentos de impostos, contribuições sociais e encargos previdenciários devidos pela Companhia estão sujeitos à revisão pelos órgãos responsáveis por sua fiscalização dentro dos prazos legais de prescrição e possíveis mudanças na legislação tributária vigente.		
<b>29. SEGUROS CONTRATADOS</b>		
A diretoria da Companhia adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cujas coberturas são consideradas suficientes pela diretoria e agentes seguradores para fazer face a ocorrências de sinistros.		
As promessas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.		
<b>30. ÔNUS, AVAIS E GARANTIAS</b>		
A Companhia não possui ônus relevantes, tampouco é garantidora de aval junto a instituições financeiras em benefício de outras sociedades.		
<b>ICCR Noroeste Paulista S.A.</b>		
<b>Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e relatório do auditor independente</b>		
<b>Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras</b>		
Aos Administradores e Acionistas ICCR Noroeste Paulista S.A.		
<b>Opinião</b>		
Examinamos as demonstrações financeiras da ICCR Noroeste Paulista S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações de resultados, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o		